

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 1 • FUNÇÕES DA PENA (TEORIAS DA PENA).....</b>	<b>15</b>
1.1. Introdução .....	15
1.2. Teorias absolutas .....	20
1.2.1. Crítica.....	24
1.3. Teorias relativas (prevenção geral ou prevenção especial) ou prevencionistas.....	25
1.3.1. Prevenção geral negativa .....	25
1.3.1.1. Crítica .....	26
1.3.2. Prevenção geral positiva .....	27
1.3.2.1. Crítica .....	29
1.3.3. Prevenção especial ou individual .....	32
1.3.3.1. Crítica .....	34
1.4. Teorias ecléticas (ou unitárias ou mistas) .....	35
1.5. A teoria dialética unificadora de Claus Roxin.....	37
1.6. O garantismo de Luigi Ferrajoli .....	39
1.7. Teorias deslegitimadoras: abolicionismo e minimalismo radical.....	43
1.7.1. O crime não existe: caráter definitorial do delito	44
1.7.2. Ineficácia preventiva ou motivadora.....	45
1.7.3. Excepcionalidade da intervenção penal – as cifras ocultas da criminalidade .....	46
1.7.4. Igualdade formal versus desigualdade material: seletividade arbitrária do sistema penal.....	47

1.7.5. Caráter consequencial (sintomatológico), e não causal (etiológico), da intervenção penal .....	49
1.7.6. Caráter criminógeno do sistema penal.....	50
1.7.7. Reificação do conflito (do delito): neutralização da vítima pelo sistema penal .....	50
1.7.8. O sistema penal intervém sobre pessoas e não sobre situações .....	51
1.8. Conclusão.....	52
<b>Capítulo 2 • INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL DA PENA .....</b>	<b>57</b>
2.1. Significado e importância .....	57
2.2. Individualização da pena e pessoa jurídica .....	61
2.3. Individualização, prevenção geral e especial, garantismo	62
2.4. Motivação da decisão segundo o novo art. 315, § 2º, do CPP.....	65
2.5. Hipóteses legais de falta ou de insuficiência de motivação.....	65
2.6. Fundamentação da individualização da pena .....	69
2.7. <i>Emendatio libelli</i> (conceitos, distinções, princípio da não surpresa etc.).....	71
2.8. <i>Mutatio libelli</i> (introdução, conceito, distinções) .....	75
2.9. Concurso de pessoas e concurso de crimes (concurso material etc.).....	77
2.10. Princípio da correlação .....	79
2.11. Pode o juiz condenar sem que haja pedido de condenação? .....	82
2.12. Processo e fixação da pena .....	86
2.13. Quando e como discutir a aplicação da pena.....	88
2.14. Princípio da insignificância e aplicação da pena .....	89
2.15. Pode o juiz fixar pena abaixo do mínimo legal? .....	91
2.16. Erros frequentes na aplicação da pena: violação ao princípio <i>ne bis in idem</i> .....	96
2.17. Modelo de sentença.....	100
2.18. <i>Reformatio in pejus</i> na aplicação da pena-base?.....	101

2.19. É possível agravar a pena do estupro de vulnerável com base na vulnerabilidade? .....	103
---	-----

**Capítulo 3 • MÉTODO DE FIXAÇÃO DE PENA ..... 105**

3.1. Primeira fase: fixação da pena-base.....	107
3.2. Segunda fase: fixação da pena provisória .....	111
3.2.1. Concurso de agravantes e atenuantes .....	111
3.2.2. Qualificadoras e agravantes .....	115
3.3. Terceira fase: fixação da pena definitiva .....	116
3.3.1. Causas de aumento de pena e qualificadoras: significado, distinção, incidência, concurso de majorantes, interpretação da Súmula 443 do STJ .....	116
3.3.2. Limites máximos e mínimos decorrentes das causas de aumento e diminuição .....	120
3.3.3. Concurso de causas de aumento e diminuição de pena: possibilidades .....	121
3.4. De como se procede ao cálculo da pena.....	123
3.5. Método para incidência das causas de aumento e diminuição .....	124

**Capítulo 4 • CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS EM ESPÉCIE..... 127**

4.1. Introdução .....	127
4.2. Culpabilidade.....	128
4.3. Antecedentes do réu.....	134
4.4. Conduta social.....	139
4.5. Personalidade do réu, princípio da não autoincriminação, direito de mentir .....	141
4.6. Motivos do crime.....	147
4.7. Circunstâncias e consequências do crime.....	148
4.8. Comportamento da vítima.....	150

**Capítulo 5 • SEGUNDA FASE: FIXAÇÃO DA PENA PROVISÓRIA. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES ..... 153**

5.1. Circunstâncias agravantes em espécie .....	154
---	-----

5.1.1. Introdução: agravantes sem dolo? .....	154
5.1.2. Reincidência.....	155
5.1.3. Motivo fútil ou torpe .....	171
5.1.4. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime .....	172
5.1.5. Traição, emboscada, dissimulação ou qualquer recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido .....	174
5.1.6. Emprego de veneno, explosivo etc. ....	175
5.1.7. Embriaguez preordenada .....	175
5.1.8. Ascendente, descendente, irmão ou cônjuge .....	176
5.1.9. Contra criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida .....	178
5.1.10. Abuso de poder ou violação inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão .....	179
5.1.11. Ofendido sob proteção de autoridade .....	180
5.1.12. Ocasão de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido .....	181
5.1.13. Abuso de autoridade ou prevailecimento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica .....	182
5.1.14. Agravantes em concurso de pessoas.....	183
5.1.15. Agente que promove, organiza a cooperação ou dirige a atividade dos demais agentes.....	185
5.1.16. Agente que coage ou induz outrem à execução material do crime .....	185
5.1.17. Agente que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.....	185
5.1.18. Paga ou promessa de recompensa .....	186
5.2. Circunstâncias atenuantes em espécie.....	187
5.2.1. Introdução .....	187
5.2.2. Idade do agente .....	187

5.2.3. Desconhecimento da lei.....	190
5.2.4. Motivo de relevante valor social ou moral .....	190
5.2.5. Evitação das consequências ou reparação do dano .....	191
5.2.6. Coação resistível, cumprimento de ordem hierárquica etc. ....	192
5.2.7. Confissão espontânea .....	193
5.2.8. Influência de multidão em tumulto, se não o provocou .....	196
<b>Capítulo 6 • CONCURSO DE CRIMES.....</b>	<b>197</b>
6.1. Concurso material (ou real): pluralidade de ações e crimes .....	197
6.2. Concurso formal (ou ideal): unidade de ação e pluralidade de crimes .....	198
6.3. Crime continuado: pluralidade de ações e unidade de crime .....	200
6.3.1. Requisitos .....	202
6.3.2. Estupro e atentado violento ao pudor na Lei n. 12.015/2009.....	204
6.3.3. Pena.....	206
6.4. Crime continuado qualificado ou específico .....	207
6.4.1. Pena.....	208
<b>Capítulo 7 • REGIMES PRISIONAIS .....</b>	<b>209</b>
7.1. Espécies de penas privativas de liberdade e regime inicial de cumprimento de pena .....	209
7.1.1. Regime aberto .....	211
7.1.2. Regime semiaberto .....	215
7.1.3. Regime fechado .....	216
7.2. Regime Disciplinar Diferenciado.....	218
7.3. Progressão e regressão de regime .....	219
7.3.1. Progressão nos crimes hediondos .....	224
7.3.2. A nova progressão de regime – Lei n° 13.964/2019.....	226
7.3.2.1. Introdução.....	226

7.3.2.2. Crimes não hediondos .....	226
7.3.2.3. Crime hediondos e equiparados etc. ....	228
7.3.2.4. Condenada gestante e afins .....	229
7.4. Execução provisória da sentença.....	230
7.4.1. Introdução: execução <i>pro reo</i> .....	230
7.4.2. Execução provisória <i>pro societate</i> .....	232
7.4.3. Execução imediata das condenações do júri?.....	235
7.4.4. A prisão preventiva obrigatória da lei anticrime .	237
<b>Capítulo 8 • DETRAÇÃO.....</b>	<b>239</b>
8.1. Conceito e cabimento .....	239
8.2. Detração e medidas cautelares diversas .....	241
8.3. Conexão processual .....	242
8.4. Detração e regime inicial de cumprimento de pena.....	244
<b>Capítulo 9 • REMIÇÃO .....</b>	<b>247</b>
<b>Capítulo 10 • LIMITE MÁXIMO DA PENA DE PRISÃO.....</b>	<b>253</b>
10.1. Significado e justificação .....	253
10.2. Alcance .....	255
10.3. Superveniência de nova condenação .....	257
<b>Capítulo 11 • PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....</b>	<b>259</b>
11.1. Introdução .....	259
11.2. A pena de prisão como pena alternativa .....	261
11.3. Requisitos para a substituição .....	265
11.4. A superação da vedação prevista na Lei de Drogas .....	272
11.5. Conversão em pena privativa da liberdade .....	275
11.6. Penas restritivas de direito em espécie.....	277
11.6.1. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	277
11.6.2. Interdição temporária de direitos.....	278
11.6.3. Limitação de final de semana .....	282
11.6.4. Perda de bens e valores .....	283

11.6.5. Prestação pecuniária.....	284
11.6.6. Substituição por prestação de outra natureza ...	285
11.6.7. Multa substitutiva.....	285
<b>Capítulo 12 • PENA DE MULTA.....</b>	<b>287</b>
12.1. Significado e crítica.....	287
12.2. Individualização da pena: limites máximo e mínimo .....	289
12.3. Pagamento e execução da multa.....	290
<b>Capítulo 13 • ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – LEI Nº 13.964/2019.....</b>	<b>293</b>
13.1. Introdução .....	293
13.2. Cabimento .....	295
13.3. Obrigações do investigado .....	300
13.4. Vedações legais .....	301
13.5. Procedimento, momento de sua proposição, rescisão, con- curso de agentes etc.....	303
<b>Capítulo 14 • SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA – SURSIS .....</b>	<b>307</b>
<b>Capítulo 15 • LIVRAMENTO CONDICIONAL .....</b>	<b>313</b>
15.1. Conceito e requisitos .....	313
15.1.1. Pena igual ou superior a dois anos .....	315
15.1.2. Cumprimento de parte da pena .....	316
15.1.3. Reincidência específica em crime hediondo e afins.....	318
15.1.4. Reparação do dano.....	320
15.1.5. Presunção de não reincidência .....	320
15.1.6. Bom comportamento etc.....	321
15.2. Revogação do livramento .....	322
15.2.1. Revogação obrigatória .....	322
15.2.2. Revogação facultativa .....	323
15.2.3. Efeitos da revogação.....	323
15.3. Extinção da pena .....	325

<b>Capítulo 16 • EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....</b>	<b>327</b>
16.1. Significado .....	327
16.2. Efeitos genéricos .....	328
16.2.1. Efeitos civis da sentença penal .....	328
16.2.2. A sentença condenatória como título executivo judicial.....	329
16.2.3. Valor mínimo indenizatório – Art. 387, inciso IV, do CPP .....	330
16.2.4. Efeitos civis da sentença penal absolutória.....	333
16.2.5. Confisco em favor da União dos instrumentos e produtos do crime .....	338
16.3. Efeitos específicos .....	340
16.3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	340
16.3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	341
16.3.3. Inabilitação para dirigir veículo .....	342
16.4. O confisco especial da Lei Anticrime .....	342
16.4.1. Sentença condenatória.....	343
16.4.2. Condenação por crime que comine pena superior a 6 anos de reclusão.....	343
16.4.3. Crimes que produzam enriquecimento ilícito .....	344
16.4.4. Incompatibilidade entre o patrimônio lícito e o patrimônio real.....	345
16.4.5. Pedido expresso na denúncia ou queixa .....	345
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>347</b>